



**CONSED/GO - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL SERRA
DOURADA DE LICENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO
AMBIENTAL DE GOIÁS**

EMISSÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS)

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:

- a)** Requerimento (modelo do CONSED), com a descrição do objeto solicitado;
- b)** Pessoa Física: RG/CPF;
- c)** Pessoa Jurídica: CNPJ;
- d)** Procuração pública (ou particular), com firma reconhecida, se o requerimento não for assinado pelo titular do processo (prazo de validade de dois anos);
- e)** Comprovante de quitação da taxa de licenciamento;
- f)** Certidão do registro do imóvel, referente a área do empreendimento e recibo de inscrição no Castro Ambiental Rural (CAR), conforme Portaria SEMARH no 195, de 05/08/13, caso o empreendimento esteja situado em zona rural;
- g)** Certidão de Uso do Solo emitida pela Prefeitura Municipal, para o local e o tipo de empreendimento ou atividade a ser instalada em conformidade com o Plano Diretor, “Lei de Zoneamento do Município”;
- h)** Croqui de localização e acesso ao local;
- i)** Memorial de Caracterização do Empreendimento (MCE). Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- j)** Projeto ambiental específico da atividade em licenciamento, que contemple o controle da poluição (tratamento de resíduos sólidos, resíduos líquidos, emissões atmosféricas, ruídos, vibrações e outros passivos ambientais), com ART do responsável pela elaboração de projeto, em conformidade com as atribuições do profissional;
- k)** Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- l)** Publicação no jornal local.



**CONSED/GO - CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL SERRA
DOURADA DE LICENCIAMENTO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO
AMBIENTAL DE GOIÁS**

PARA RENOVAR A LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA, O INTERESSADO DEVERÁ REQUERER COM ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 120 (CENTO E VINTE) DIAS.

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA (LAS)

- a) Requerimento (modelo do CONSED), com a descrição do objeto solicitado;
- b) Pessoa Física: RG/CPF;
- c) Pessoa Jurídica: CNPJ;
- d) Procuração publica (ou particular), com firma reconhecida, se o requerimento não for assinado pelo titular do processo (prazo de validade de dois anos);
- e) Comprovante de quitação da taxa de renovação de licenciamento (Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais – DARE);
- f) Certidão do registro do imóvel, referente a área do empreendimento e recibo de inscrição no Castro Ambiental Rural (CAR), conforme Portaria SEMARH no 195, de 05/08/13, caso o empreendimento esteja situado em zona rural;
- g) Certidão de Uso do Solo emitida pela Prefeitura Municipal, para o local e o tipo de empreendimento ou atividade a ser instalada em conformidade com o Plano Diretor, “Lei de Zoneamento do Município”;
- h) Relatório técnico de monitoramento ambiental que contemple as recomendações dos licenciamentos anteriores, com assinatura do responsável técnico e anotado em seu conselho de classe com ART;
- i) Última licença ambiental emitida;
- j) Publicação em jornal local.